

A GREVE ACABOU A MOBILIZAÇÃO CONTINUA

Em defesa da Universidade Pública e pela valorização do trabalho docente

SUCATEAMENTO

Pátria Educadora não investe na educação

Política neoliberal do governo impõe corte de recursos em diversos setores do país e agrava quadro de crise financeira nas instituições públicas.

Apesar de os governantes utilizarem um discurso que pretende colocar a educação na base do desenvolvimento nacional, na prática, vivencia-se uma estrutura que se apropria do sistema educacional para fins mercantilistas, ao invés, de ofertá-lo como direito básico dos brasileiros. Com a redução de investimentos cada vez mais constante, e em maior escala, a educação vive um momento desastroso. **Páginas 2 e 3.**

ORÇAMENTO

Crise financeira ameaça as atividades na Uefs

Na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), caso não seja autorizada a suplementação orçamentária para quitar as despesas, as atividades acadêmicas e administrativas só poderão ser mantidas até o mês de setembro. **Página 4.**



MOVIMENTO DOCENTE

Professores encerram greve vitoriosa

Docentes das Ueba finalizam movimento paredista de quase 90 dias com importantes conquistas. Luta continua para cobrar a aprovação do PL da 7176, novo quadro de cargos e orçamento de pessoal para o exercício de 2016. **Páginas 6 e 7.**



Greve 2015: uma vitória contra a intransigência do governo

A greve nas Universidades Estaduais da Bahia (Ueba), em 2015, ficará marcada como a reafirmação do compromisso dos professores na luta por pautas que não se limitam aos interesses puramente corporativos. Com a bandeira "Em defesa da Universidade Pública e pela valorização do trabalho docente", a categoria mostrou todo seu compromisso contra o projeto de precarização do ensino superior orquestrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A mobilização também promoveu uma aproximação maior à necessária unidade com os estudantes e servidores combativos.

Nesta edição especial pós-greve, ao apresentar o contexto nacional, será explicitado que não se combatia uma questão pontual, pois a precarização do setor público e a política da retirada dos direitos trabalhistas vêm acontecendo em todo o país. O governo Rui Costa mostrou ser coerente com a política de ajuste fiscal promovida nacionalmente, atacando direitos universais básicos, como a educação superior, enquanto garante o processo de recomposição do lucro da iniciativa privada. Apesar das tentativas de desgastar o movimento grevista e desconstruir a luta dos docentes com a veiculação de informações falsas, a categoria se manteve firme na luta.

Recapitularemos os passos importantes até o fechamento da greve: reuniões, atos públicos, fechamento de BR, acampamento no Centro Administrativo da Bahia (CAB) e inúmeras assembleias. O apoio e participação dos estudantes, companheiros de luta, foram decisivos para o êxito do movimento paredista. Terminamos a greve de cabeça erguida!

Findamos este movimento vitorioso, especialmente se pensarmos em que conjuntura ele se enquadra, mais do que convencidos de que só a luta muda a vida e que só foram possíveis os avanços em relação ao orçamento, direitos trabalhistas e revogação da 7176/97 por conta da demonstração de força daqueles que não se dão por vencidos. E, se não foi possível a conquista de toda a pauta reivindicada pela categoria, isso não nos desanima. Pelo contrário, deixa claro que a greve acabou, mas a mobilização continua.

Crise orçamentária evidencia projeto de desmonte da educação pública no Brasil

Dados sobre a educação mostram estado de abandono das instituições públicas em todo país

O ajuste fiscal liderado pela presidente Dilma Rousseff (PT) com a justificativa de equilibrar as contas públicas do país atingiu em cheio setores que carecem de grandes recursos, a exemplo do Ministério das Cidades, que abarca projetos estruturantes como o "Minha Casa, Minha Vida" e o "Programa de Aceleração do Crescimento" (PAC), os Ministérios da Saúde e da Educação. Os três lideraram os cortes e somam um total de 54,9% dos R\$ 64,946 bilhões de reais que foram reduzidos do Orçamento Geral da União. Para a Educação, o contingenciamento anunciado em maio deste ano foi de R\$ 9,423 bilhões, o que só agravou o quadro de crise que as instituições públicas de ensino já vinham enfrentando com as reduções anteriores.

Diante da crise instaurada, da Educação Básica à Superior, docentes, estudantes e técnico-administrativos deram início a uma série de mobilizações com um objetivo comum: a defesa da educação pública. O devastador cenário encontrado por toda comunidade ao adentrar as instituições públicas do país evidencia que a educação não é prioridade e que ainda será necessário muito enfrentamento para que direitos básicos sejam assegurados.

Apesar dos governantes utilizarem um discurso que pretende colocar a educação na base do desenvolvimento nacional, na prática,

vivencia-se uma estrutura que se apropria do sistema educacional para fins comerciais, ao invés, de ofertá-lo como direito básico dos brasileiros. Com a redução de investimentos cada vez mais constante, e em maior escala, a educação vive um momento desastroso.

Até o momento, 46 seções sindicais das universidades federais aderiram à greve em todo o país, e três destas instituições (Ufba, Ufrb e Ufob) são baianas. Em vários estados e municípios, os professores das redes estaduais e municipais de ensino básico continuam paralisados também por melhorias das condições de trabalho e em defesa da educação pública.

Na Bahia, a situação caótica que as Universidades Estaduais enfrentam, após uma redução no orçamento de quase R\$ 20 milhões nas verbas de custeio e investimento, em 2014 e 2015, impede o desenvolvimento de atividades básicas e compromete o funcionamento das instituições. Também por esse motivo, foi necessário que os docentes intensificassem o enfrentamento com uma greve que durou quase 90 dias. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), faltam materiais de primeira necessidade, como papel, assim como verbas para atender aos direitos trabalhistas garantidos no Estatuto do Magistério Superior.



Em ato público, comunidade acadêmica das Universidades Estaduais cobra soluções ao governo

ADUFS

Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana

ADUFS SEÇÃO SINDICAL – ANDES/SN
BR 1 16 - Km 03, Campus Universitário, MT 45
CEP . 44031-460 - Feira de Santana - BA.
Fone: (75) 3161-8072 -elexax: (75) 3224-3368
www.adufsba.org.br
adufs@uefs.br ou adufsba@yahoo.com.br

Coordenação Geral

Elson Moura
Gracinete Souza

Suplente

Gean Santana

Secretaria Geral

Rodrigo Osório
Edson Espírito Santo

Suplente

Adroaldo Santos

Secretaria de Finanças

Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva
Marilene Rocha

Suplente

Ana Cerilza

Conselho Fiscal

Larissa Penelu
Cledson Ponce
Geraldo F. de Lima

Suplente

Rafael Rodas Vera Filho
Livia Dias
Franz Peter A. Faria

Jornalistas

Amini Dórea
Camila Moreira

Estagiário

Murilo Santana

Fotos

Adufs

Tiragem

1.200 Exemplares

Impressão

EMGRAF

Diagramação

apronto
comunicação

Qualidade na Educação não é prioridade nacional

Em uma lista com 76 países, o Brasil ocupa a 67ª posição no ranking da educação. Segundo relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) 2012, divulgado a partir do Censo realizado em 2010, o país tem, aproximadamente, 13 milhões de analfabetos com mais de 15 anos. Além disso, a média salarial do professor estadual licenciado é muito baixa.

Para a professora da Educação Básica no município de Conceição da Feira e membro do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública, Jamile Amaral, a situação dos profissionais da Educação Básica é ainda pior em decorrência do processo de mercantilização que a educação enfrenta. “Esse projeto de mercantilização/privatização, orquestrado pelo grande capital, tem atingido a educação básica da pior forma possível: aumenta o nível de exploração de trabalhadoras e trabalhadores e terceiriza-se atividades, o que precariza ainda mais o trabalho. Vivemos a pressão das avaliações externas, o estímulo à concorrência, apoiado na meritocracia, negação de direitos, perdas trabalhistas, imposição de projetos e de programas de cima para baixo”, afirma Jamile Amaral, que também é professora substituta da Uefs.

O principal plano elaborado para administrar e impulsionar a educação brasileira tem interesses, no mínimo, duvidosos, em função dos atores presentes na proposta. O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado sem vetos pela presidenta Dilma Rousseff, em 25 de junho de 2014, estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024, que vão desde a educação infantil à pós-graduação. Defende ainda a valorização dos professores e o aumento de investimentos no setor.

No entanto, os investimentos na educação estão sendo reduzidos abruptamente em nome dos interesses do capital privado que, ironicamente, também assina como organizador do PNE. O Todos Pela Educação, movimento social que elaborou o Plano, é organizado pela instituição Itaú/Unibanco que têm como membros os principais nomes do capital nacional, incluindo banqueiros e donos de conglomerados de comunicação.

Indicadores da educação superior

No ensino superior, a situação é ainda mais preocupante. O modo como o processo de expansão se efetiva traz graves consequências. Uma delas é a mercantilização do ensino através da potencialização das matrículas nas instituições privadas. Segundo dados do Censo IBGE 2010, naquele ano, o aumento das entradas já era superior a 74%. Para piorar, a expansão educacional via sistema público reforça a precarização do ensino, na medida



Imprensa ANDES-SN

em que há uma insuficiência nos investimentos para aumento da qualidade, infraestrutura das instituições e ampliação do quadro de docentes com dedicação exclusiva.

Edson do Espírito Santo, diretor da Adufs, acrescenta que “o governo reafirma que o setor privado tem importante papel no acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, ao ampliar os investimentos e número de matrículas nessa área. Isso fortalece monopólios no Brasil, a exemplo da recente fusão entre a Kroton e Anhanguera, que hoje representa cerca de 2 milhões de matrículas”.

Contrariando a lógica da história recente da educação brasileira, a crise alcançou até a pós-graduação. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou um corte de 75% da verba de custeio dos programas de pós-graduação no Brasil, e após forte pressão das instituições recuou esse índice para 10%. Diante do quadro financeiro que as universidades apresentam, essa redução, embora menor que a inicial, ainda é um grave problema para os programas.

Isso significa que, ao invés de mais investimentos, o que temos é uma redução brusca no orçamento destinado às universidades públicas, o que compromete as atividades de ensino, pesquisa e extensão, não apenas na graduação, implicando diretamente na formação do profissional. O próprio processo de captação de recursos para a realização de pesquisa e extensão, muitas vezes, tem requerido investimentos da esfera privada, o que submete a construção do conhecimento a critérios puramente mercadológicos.

Aliado a isso, somam-se ataques constantes aos direitos trabalhistas dos docentes que, com frequência, cumprem cargas horárias superiores àquelas para as quais prestaram concursos, são submetidos a condições precárias de infraestrutura, falta de equipamentos e materiais básicos para a realização

de atividades.

A crise que afeta o sistema brasileiro tem um nítido interesse de desqualificar a educação pública. É contra esse projeto que docentes de diversas instituições e níveis de ensino continuam as mobilizações em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Jamile Amaral analisa que este é um momento importante e histórico, em que as reivindicações se unificam em nome de um patrimônio nacional e as mobilizações continuam em todo país, em diversos estágios, pela articulação de um projeto de educação voltado para a classe trabalhadora. Lutar e resistir são as palavras de ordem dos educadores no Brasil. “As mobilizações indicam que a classe trabalhadora apresenta força para a luta e possibilidade de articulação, enfrentando os instrumentos de pressão do Estado, inclusive, contrariando os sindicatos cooptados. Mas, precisamos aprimorar ainda mais o diálogo com as bases, para a consolidação de um projeto unificado de esquerda, classista e libertário para a educação”, concluiu.

“ Vivemos a pressão das avaliações externas, o estímulo à concorrência, apoiado na meritocracia, negação de direitos, perdas trabalhistas, imposição de projetos e de programas de cima para baixo.

Jamile Amaral,
Professora da Educação Básica e da Uefs.

Uefs: Manutenção das atividades ficará comprometida a partir de setembro

A redução anual da verba de custeio, manutenção e investimento determinada pelo governo às Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) tem gerado problemas cada vez mais graves e está a um passo de causar a inanição financeira das instituições. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), a diferença do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) entre 2014 e 2015 chega a R\$ 1.868.000,00 e, caso não seja autorizada a suplementação orçamentária de R\$ 22.100 milhões para quitar as despesas, as atividades acadêmicas e administrativas só poderão ser mantidas até o mês de setembro, segundo a Reitoria. Até este mês, o governo ainda não se comprometeu com o repasse do recurso.

Ao que parece, o lema Brasil, Pátria Educadora, apontado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como proposta para universalizar o acesso à educação e qualificar o ensino, na prática, não funciona. Em virtude da queda de recursos no setor, foram comuns, nos últimos três anos nas quatro Ueba, o corte no fornecimento de serviços básicos como telefonia, a suspensão dos trabalhos dos terceirizados e fornecedores, dentre outros problemas. Conforme o pró-reitor de Administração e Finanças da Uefs (Proad), Carlos Eduardo Cardoso, os prestadores de serviço possuem, em média, duas faturas a serem quitadas pela instituição. Somam-se a isso, pedidos de reequilíbrios de contratos.

Não há verba para a realização de concurso público e, conseqüentemente, para a contratação de servidores, compra de material didático, garantia das viagens de campo, atualização do acervo bibliográfico, etc.

Os reflexos dessa política desastrosa do governo interferem negativamente no cotidiano de toda a comunidade acadêmica. Docentes e técnico-administrativos têm direitos trabalhistas garantidos por lei cerceados e são penalizados com sobrecarga de trabalho e salários defasados. Do outro lado, estudantes sofrem com disciplinas sem professores, ausência de recursos básicos para o funcionamento das atividades e de uma política de permanência estudantil que garanta condições de estudo. Em se tratando do atendimento à comunidade externa, a falta de recursos impõe a suspensão ou redução de alguns serviços.

Também por conta da crise financeira, contratos de algumas obras da Uefs, a exemplo da reforma e ampliação do Restaurante Universitário (RU) e a construção do Pavilhão de Aulas estão parados. A garantia das intervenções está atrelada à suplementação financeira. Veja na tabela ao lado, o valor necessário em 2015 para desempenho das atividades.

A Reitoria tem remanejado recursos para quitar débitos dos contratos com terceiri-



Centro Integrado de Mestrado e Doutorado de Ciências Biológicas da Uefs. Obra parada por falta de recursos

zados, pois a prioridade dos pagamentos é para a mão-de-obra e as bolsas estudantis. “A despesa corrente mensal da Uefs, sem pessoal, soma R\$ 3,8 milhões, mas a concessão financeira total do Estado corresponde a R\$ 3,2 milhões. Com a insuficiência orçamentária e, mantidas essas condições de repasse financeiro, tecnicamente, o funcionamento de diversas atividades na universidade pode ser comprometido”, explicou o pró-reitor.

Diante da situação insustentável das instituições, não restou outra saída aos docentes das Ueba senão a deflagração da greve, no mês de maio. Na Uefs, a greve foi deflagrada no dia 11 de maio. O problema instaurado no Magistério Público das universidades estaduais, no entanto, não se resume a uma questão de orçamento, embora este seja o item principal da pauta protocolada pela primeira vez no dia 9 de dezembro de 2014.

Os docentes, que em decorrência do desrespeito do governo do estado não têm conseguido garantir a realização de direitos básicos do Estatuto, como a efetivação de promoções e progressões de carreira, reivindicavam, na pauta protocolada ano passado, a revogação da Lei 7176/97; destinação de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos para as Ueba; ampliação do quadro de vagas e desvinculação das classes; respeito aos direitos trabalhistas dos docentes; mais aumento dos incentivos do Estatuto do Magistério Superior.

“A despesa corrente mensal da Uefs, sem pessoal, soma R\$ 3,8 milhões, mas a concessão financeira total do Estado corresponde a R\$ 3,2 milhões”. Carlos Eduardo Cardoso, pró-reitor da Proad.

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)

As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) agravam ainda mais o quadro de crise financeira nas instituições. Na Universidade Estadual de Feira de Santana, o valor apurado em 2014 com reflexo para 2015 chega a R\$ 6,5 milhões. Grande parte refere-se a contratos de prestação de serviços terceirizados e de concessionárias de serviços.

Em reunião com o governo, dia 7 de julho deste ano, o Fórum de Reitores solicitou a ampliação do orçamento destinado às instituições. Na ocasião, os representantes do governo se negaram a discutir a pauta, usando como justificativa o risco de atingir o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Após cobrança, foi prometida suplementação financeira para as quatro instituições para cobrir parte do DEA. Para a Uefs, a quantia anunciada foi de, apenas, R\$ 4,3 milhões. Mas, até o dia 20 de agosto deste, o valor ainda não havia sido disponibilizado.

Suplementação necessária em 2015 - Recursos do Tesouro do Estado

Classificação	Orçamento Inicial 2015	Suplementação 2015
Atividades de manutenção*	31.017.000,00	11.700.000,00
Atividades finalísticas	11.374.000,00	1.500.000,00
Projetos acadêmicos	4.396.000,00	3.900.000,00
Obras e reparações	3.100.000,00	5.000.000,00
TOTAL	49.887.000,00	22.100.000,00

* Inclusive o Planserv
Fonte: Asplan/Uefs

Direito à educação de qualidade negado. A culpa é do governo



Discentes das Ueba reivindicam, entre outras pautas, 1% da RLI para a permanência estudantil

A diminuição de recursos aprovada pelo governo do PT para as Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) traz consequências desastrosas para a comunidade interna e externa. Além dos problemas relacionados às condições de trabalho dos professores e técnico-administrativos, os alunos sofrem com o comprometimento das condições de estudo. Já a população é ameaçada com a suspensão ou redução de alguns serviços.

Kalil Fregulia, aluno do 3º ano do curso de Medicina da Uefs, lamenta porque “talvez, esse semestre, eu fique sem uma disciplina que é pré-requisito para outra porque não existe professor. Além disso, parte dos laboratórios está defasado e, em alguns deles, não há técnicos para instalar os novos equipamentos. O governo alega não ter recursos para investir nas universidades, mas nós, estudantes, precisamos estar preparados para enfrentar o mercado de trabalho”.

As queixas com a qualidade do ensino é reforçada pela estudante de Engenharia de Alimentos, Raizza Soares. Ela informa que em alguns semestres não teve a oportunidade de aplicar na prática o conteúdo adquirido em sala de aula. “Precisamos de itens básicos nos laboratórios para que funcionem, conserto de máquinas e Equipamentos de Proteção Individual para manuseio de substâncias. Há momentos em que preciso tirar dinheiro do meu próprio bolso para comprar materiais para as aulas”, denunciou.

O Movimento Estudantil reivindicou diver-

sas reuniões com o governo Rui Costa para discutir a pauta, mas os encontros não corresponderam à expectativa da categoria. Como resultado da ocupação na Secretaria da Educação (SEC) com os professores, entre os dias 15 e 18 de julho, arrancaram uma reunião com os gestores, mas, de forma desrespeitosa, foi apresentado um Programa de Permanência Estudantil que prevê financiamento específico para a concessão de bolsas voltadas para estudantes de famílias do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), matriculados nas Universidades Públicas Estaduais, a partir de 2016.

Indignada, a categoria permanece mobilizada. Na pauta, pontos como: ampliação do acervo e da estrutura da biblioteca, reestruturação da sala de informática, concurso público para professores e técnicos, 1% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para a assistência e permanência, aumento das cotas do bandeirão e ampliação da Residência Universitária.

Permanência estudantil

Com o projeto do governo de expansão das universidades, o número de discentes aumenta, ao passo que os recursos sofrem constante redução. No caso da Uefs, o orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 destina 12,5% para a permanência estudantil, enquanto que o necessário seria 16%. Segundo a Pró-reitoria de

Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (Propaae), a crise financeira tem interferido no fornecimento de transporte para as atividades. Ainda conforme a Propaae, a situação tende a piorar no segundo semestre de 2015, pois haverá dificuldade para apoiar os eventos promovidos pelas entidades estudantis.

A manutenção do Restaurante Universitário (RU) também fica comprometida pela escassez de recursos. Desde a reabertura do RU, em 2013, a instituição não conta com o repasse da Secretaria da Educação. Ano passado, a reitoria conseguiu R\$ 1 milhão do Fundo de Combate à Pobreza, o que garantiu o funcionamento até o final do ano. O repasse não aconteceu este ano. Isso quer dizer que o RU tem sido mantido sem nenhum tipo de suplementação orçamentária.

O pró-reitor Otto Agra ainda informa que projetos como a ampliação da Casa Indígena e a construção da Casa Quilombola ficarão comprometidos. Ainda de acordo com o pró-reitor, o Fórum de Reitores solicitou ao governo recurso específico para a política de permanência, mas a pauta ainda está em negociação. Enquanto o governo negligencia a permanência de milhares de jovens nas Ueba, a continuidade dos estudos é ameaçada.

Atendimento à população

A crise financeira ainda reflete negativamente nos serviços prestados, nas mais diversas áreas, à comunidade. No Observatório Antares, unidade extracampus da Uefs, exposições estão impossibilitadas de receberem visita por conta das condições e estrutura inadequadas, como presença de foco de abelha, de infiltração e de fungos. Já na área da saúde, atendimentos foram reduzidos ou suspensos por conta da falta de recursos para intervenções e/ou construção de prédios, a exemplo das reformas do Centro Integrado de Odontologia (Cion), do Laboratório e da Clínica Odontológica, que não puderam ser concluídos.

No Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca), outra unidade extracampus da instituição, cerca de 400 pessoas matriculadas nas oficinas e cursos de artes visuais, música, teatro, dança e atividades corporais foram ameaçados com a suspensão das atividades, no mês de agosto, em função de atraso no pagamento dos salários dos monitores.

A cultura local também acumula prejuízos. A crise financeira deste ano impediu a realização da Caminhada do Folclore e do Festival de Sanfoneiros, este último, importante evento para a valorização dos músicos de Feira de Santana e região.

Greve garante integralidade do orçamento para 2015, revogação da lei 7176 e direitos trabalhistas

Três meses após o início de uma das mais longas greves realizadas pela categoria no Estado, os professores das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) encerraram, no dia 6 de agosto, o movimento paredista deflagrado em 13 de maio. Depois de duros embates com o governo Rui Costa, foi assinado o Termo de Acordo e decretado o fim das atividades, conforme encaminhamento das assembleias realizadas nas quatro instituições. A vitoriosa paralisação garantiu a conquista de pautas históricas dos docentes, como a revogação da lei 7176/97. Respeito aos direitos trabalhistas e a manutenção integral do orçamento para 2015 também estão incluídos. Além disso, por força desta luta, o Projeto de Lei que altera o quadro de vagas foi encaminhado para a Assembleia Legislativa (AL-BA) no dia 11 deste.

Durante as diversas mesas de negociação, o discurso do governo Rui Costa evidenciou que a melhoria da educação pública e a defesa das universidades estão longe de ser compromisso do mandato, mais empenhado com o aprofundamento da precarização das instituições iniciado pelo antecessor Jaques Wagner. No entanto, a categoria não recuou e seguiu firme na greve com atos públicos, reuniões, assembleias, debates, denúncias à imprensa e fechamento de BR em diversas cidades da Bahia. Nas atividades, a bandeira dos estudantes por política de permanência estudantil foi incorporada e defendida.

Mas, o pior ainda estava por vir! Como se não bastasse negligenciar a pauta docente, o governo revelou sua face truculenta e inabilidade política para negociar. Na tentativa de criminalizar o movimento, elevou um coronel da Ronda de Operações Especiais da Polícia Militar (Rondesp) à condição de mediador da negociação para a desocupação da SEC, onde estudantes e professores estavam acampados, entre 15 e 18 do último mês. Os manifestantes foram acuados durante algumas horas por forte aparato policial e armamento. Demonstrando força e maturidade política, o MD exigiu explicações do governo Rui Costa e, em seguida, dia 17 de julho, foi convocado para uma reunião. Após quase oito horas, a categoria conseguiu avançar nas negociações com a construção de uma minuta de Termo de Acordo sobre alguns dos pontos da pauta de reivindicações.

Naquele momento, os gestores públicos recuaram e negociaram itens que até então não tinham sido postos na mesa. Finalizada a reunião, a proposta foi encaminhada para apreciação das assembleias das quatro Ueba e, após ajustes no documento, os professores condicionaram a assinatura do acordo e o término da greve à apresentação do Termo



Professores e alunos acampam na Secretaria da Educação para forçar o governo a agilizar a negociação

de Compromisso, documento que incluía a discussão sobre o novo quadro de cargos e o orçamento para 2016. No entanto, em reunião realizada dia 31 de julho, o governo não apresentou o Termo de Compromisso, prolongando a greve. Após alguns dias de negociação, a categoria, novamente em assembleia, aprovou a assinatura do acordo com os ajustes reivindicados pelos docentes e mobilização para exigir reuniões com o governo com o objetivo de discutir demandas referentes ao exercício do próximo ano.

As conquistas

Conforme o Termo será encaminhado à AL-BA, em regime de urgência, num prazo de até 60 dias, contados a partir de 11 de agosto, o Projeto de Lei (PL) que revoga a 7176/97. O Grupo de Trabalho responsável por criar o PL foi instituído em 11 deste, assim como elaborado o seu regimento. Além disso, a pauta será discutida através de um calendário de reuniões. Até maio deste ano, o governo havia, apenas, se comprometido em fazer um estudo jurídico sobre o impacto da revogação.

Agora, depois de quase 20 anos de luta, os professores estão a um passo de tornar realidade a revogação da famigerada lei 7176/97. Uma conquista histórica, em que prevalece a autonomia político-administrativa das Universidades Estaduais da Bahia na definição do seu funcionamento e formação dos conselhos internos.

A garantia de direitos trabalhistas previsto no Estatuto do Magistério, cerceados pelo governo, também integra o acordo. Antes do movimento paredista, o governo se recusou a discutir as promoções, progressões e mudança de regime. Por força do MD, em dois meses serão implementados todos os processos em trâmite nas secretarias estaduais da Educação e da Administração (Saeb). Pela lei, as progressões devem ser automáticas, independente

da situação orçamentária. No entanto, por descaso do governo, alguns processos aguardavam encaminhamento desde 2012.

O remanejamento do quadro foi outro ponto discutido em uma longa negociação. Inicialmente, foi negociado pelo governo “no varejo”, com a proposta de remanejar 20 vagas por universidade. A proposta foi rechaçada pelos docentes nas quatro assembleias, que se negaram a aceitá-la por não contemplar a totalidade da categoria. Como resultado da correlação de forças, na Uefs serão redistribuídas 35 vagas, sendo uma redução de 20 para auxiliar e 15 para assistente, e um acréscimo de 15 para adjunto e 20 para pleno. A alteração não comprometerá as vagas aprovadas para concurso público. Os professores com bancas já realizadas terão promoções implementadas em até 60 dias, a partir do dia 6 deste.

O Termo de Acordo ainda determina que os recursos necessários para os pagamentos sejam disponibilizados pelo Estado, sem prejuízo aos demais direitos trabalhistas e sem comprometer as despesas com a manutenção, ações do Plano Plurianual (PPA), atividades finalísticas, custeio e investimento. Também por força da greve, o orçamento para o exercício de 2015, contingenciado em 20% no primeiro trimestre, será executado na integralidade.

Elson Moura, diretor da Adufs e coordenador do Fórum das ADs, reforçou o êxito da greve. “Antes de iniciar o movimento paredista, o governo não projetava expectativa sobre o remanejamento do quadro e a lei 7176. A greve foi o último recurso utilizado pela categoria para tirá-lo da zona de conforto e forçá-lo a negociar. Considerando-se a conjuntura atual de ataques aos direitos trabalhistas, com restrição a benefícios e o Projeto de Lei Complementar das terceirizações, além do cortes de verbas no setor público, a mobilização dos docentes das Ueba foi vitoriosa”, concluiu.



Luta pela educação pública de qualidade segue firme nas Universidades Estaduais da Bahia

Continua a mobilização em defesa da educação pública

A greve acabou, mas a mobilização em defesa da educação pública continua! Os professores das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) estão atentos para que o Projeto de Lei que revoga a 7176/97 seja encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa, conforme definido no Termo de Acordo. Também irão cobrar uma agenda de trabalho para tratar do novo quadro de cargos e do planejamento do orçamento de pessoal para o exercício de 2016, com o objetivo de garantir o fluxo das promoções, progressões, mudança de regime na carreira e concursos públicos.

Para discutir a pauta, o Fórum das ADs se antecipou protocolando junto ao governo, no mesmo dia da assinatura do acordo (6), um documento com indicação de datas em 13 de outubro, 18 de novembro e 10 de dezembro. A categoria também acompanhará a discussão e votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano, a fim de reforçar a reivindicação por 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as Ueba.

Em conformidade com a proposta de construir a luta por mais recursos para as instituições de maneira coletiva com os demais segmentos da comunidade acadêmica, o MD tem se reunido com os estudantes e técnico-administrativos. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), uma agenda de mobilização inclui debates sobre a lei 7176/97 e sobre orçamento, mais reuniões. Com a proposta de unificar a luta de outras categorias de trabalhadores à reivindicação docente, também está garantida a participação em atividades desenvolvidas por algumas entidades e movimentos sociais.

As conquistas desta greve foram históricas! No entanto, diante das investidas do governo, é imperativo manter a mobilização.

Segundo Linnesh Ramos, que fez parte do Comando de Greve da Uefs durante o movimento paredista, “a vitória reforça a pers-

pectiva de continuar resistindo na defesa das Ueba”. A militante lembra que o contrato ao qual está vinculado na instituição precariza as condições de trabalho e que, por essa e outras pautas, a comunidade acadêmica precisa persistir na luta. “A realidade dos docentes substitutos é limitada por não haver possibilidade de atuação em outras atividades que não sejam relacionadas ao ensino. Além disso, sofremos com a sobrecarga de trabalho e não temos direitos garantidos. O governo precisa autorizar a realização de concurso público para a contratação de professores nas Ueba. Continuaremos reivindicando melhorias para as instituições”.

Os alunos tiveram papel decisivo na construção da luta em defesa das Ueba. Na Uefs, à revelia do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que não se manifestou contra os ataques do governo Rui Costa às universidades, os estudantes colaboraram de forma intensa com as mobilizações do movimento paredista e participaram ativamente do processo de enfrentamento.

Para Quézia Oliveira, do curso de Psicologia e integrante do Comando de Mobilização Estudantil, o cenário que se avizinha é de novos embates. “Ainda existem muitos problemas nas Ueba. Por isso, a perspectiva é de que os processos de luta se acirrem. Temos força para irmos de encontro ao projeto de destruição das nossas universidades”, anunciou.

Breve histórico sobre a greve 2015

A greve foi aprovada nas Ueba depois de quase quatro meses de tentativas, sem êxito, de reuniões com o governo para discussão da pauta protocolada no dia 9 de dezembro do ano passado. O documento tinha como eixos a ampliação do orçamento destinado às universidades, autonomia e a valorização da carreira.

Nas reuniões com o Movimento Docente (MD), o governo insistiu no discurso de “déficit nas contas públicas” para negar a ampliação do orçamento e a suplementação financeira para as Ueba. Também tentou fragmentar a pauta e negociar direitos trabalhistas garantidos por lei. Em alguns momentos, marcou e desmarcou de última hora encontros agendados previamente.

Em meio ao processo de negociação, os gestores públicos divulgaram informações falaciosas sobre as reuniões com a categoria, numa clara tentativa de colocar o movimento contra a população. Também atribuíram a crise financeira nas Ueba a um problema de gestão das reitorias. Indignado com a omissão dos reitores das Ueba frente ao impasse e investidas do governo Rui Costa, o Fórum das ADs lançou uma nota pública no dia 28 de julho cobrando uma posição dos gestores das universidades.

No dia 6 de agosto, após quase de 90 dias, a greve dos docentes das Ueba chegou ao fim. Apesar disso, as mobilizações continuam. Os ataques que o governo vem fazendo aos direitos trabalhistas e todo processo de sucateamento que as Ueba reforçam a necessidade de permanência das ações. O próximo passo é reforçar a luta pela destinação de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as universidades e pelo cumprimento do Termo de Acordo. O índice foi definido em 2010, após uma série de estudos levando em consideração o crescimento das universidades.

“ A vitória reforça a perspectiva de continuar resistindo na defesa das Ueba ”

Linnesh Ramos, Professora da Uefs.

O movimento paredista e suas contribuições para a educação pública

A história do Movimento Docente (MD) das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) começou na década de 80, em resposta às intervenções do governo carlista no cotidiano das instituições. Na Uefs, por exemplo, as primeiras mobilizações iniciaram em 1981, quando a então Fundação Universidade Estadual de Feira de Santana foi transformada, autoritariamente, em autarquia. Em maio daquele ano foi fundada a Adufs, que em meio à pressão do regime militar reuniu professores na tentativa de articular a realidade social à vida acadêmica. De lá para cá, o contexto político-econômico exigiu que a categoria se organizasse para defender seus direitos e um projeto de instituição pública e gratuita. Assim, começava a se consolidar um movimento docente combativo e classista.



O resultado dessa luta, endossada ao longo dos anos através de atos públicos, debates, reuniões e, em último momento, na greve, garantiu não só com melhores condições de trabalho e ensino, como contribuiu com a qualidade da educação pública. Ao lado, a relação das reivindicações que foram conquistadas com a força da greve desde os anos 80 até então. A luta continua!

- Revogação da Lei 7176/97;
- Construção do Estatuto do Magistério Superior;
- Garantia de direitos trabalhistas;
- PL que altera o quadro de vagas;
- Ampliação do orçamento das Ueba;
- Ampliação do quadro de vagas;
- Incorporação de gratificações;
- Reajustes salariais;
- Reposição da inflação nos salários;
- Realização de concurso público para a contratação de professores.

